

Vantagens comerciais: uma análise da relação comercial entre Brasil e China entre 2011 e 2021

Trade advantages: an analysis of the commercial relationship between Brazil and China from 2011 to 2021

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.4721>

Larissa Naves de Deus Dornelas¹
Gabriel Lucas da Silva²

Resumo: Tendo como base o arcabouço das principais teorias do comércio internacional, este trabalho investiga a relação comercial bilateral entre Brasil e China, cuja parceria comercial remete aos anos 1970, mas muito se intensificou nos últimos anos. Para tanto, a análise se concentrará no período entre 2011 e 2021, década em que a China se consolidou como potência mundial. A fim de verificar os reais benefícios e vantagens que o comércio pode trazer a essas duas nações, foram analisadas suas pautas comerciais, a partir da metodologia do Sistema Harmonizado (SH), revelando que o Brasil apresenta superávit comercial com a China no período. Porém, as exportações chinesas foram diversificadas, contendo peças e equipamentos de alto valor agregado, enquanto quase metade das exportações brasileiras se concentraram em apenas duas *commodities*. Dessa forma, os resultados apontam que o comércio com a China, do ponto de vista brasileiro, se mostra benéfico por um lado, já que a parceria pode fortalecer certas indústrias e agregar mercado para ambos. Por outro, a especialização em *commodities* aparenta não ter muito engajamento com os demais setores da economia e pode agravar desequilíbrios macroeconômicos, já que a valorização desses bens, em face às manufaturas, é cíclica e sua população pode sofrer com o aumento de seus preços.

Palavras-chave: Brasil; China; Comércio Internacional; Pautas Comerciais; Relações Bilaterais.

Abstract: Based on the framework of the main theories of international trade, this paper investigates the bilateral trade relationship between Brazil and China, whose trade partnership dates back to the 1970s but has intensified in recent years. To this end, the analysis will focus on the period between 2011 and 2021, the decade in which China consolidated its position as a world power. In order to verify the real benefits and advantages that trade can bring to these two nations, their trade tariffs were analyzed using the Harmonized System (HS) methodology, revealing that Brazil had a trade surplus with China in the period. However, Chinese exports were diversified, containing high value-added parts and equipment, while almost half of Brazilian exports were concentrated on just two commodities. Thus, the results show that trade with China, from the Brazilian point of view, is beneficial on the one hand, since the partnership can strengthen certain industries and add market share for both. On the other hand, specializing in commodities doesn't seem to have much engagement with the other sectors of the economy and can aggravate macroeconomic imbalances, since the appreciation of these goods, compared to manufactured goods, is cyclical and their population can suffer from price increases.

Key-words: Brazil; China; International Trade; Trade Agenda; Bilateral Relations.

Artigo recebido em 28/7/2023. Aceito em 9/12/2023.

¹ Doutora em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Docente no Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e no Programa de Pós-graduação em Economia da UFPR (PPGEcon). E-mail: larissanaves@ufpr.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8852-4313>.

² Graduado em Ciências Econômicas pela UFPR. E-mail: gabriel_lucasmh@hotmail.com.

Introdução

Há muito se discute no âmbito da teoria econômica os possíveis benefícios e impasses gerados pelas relações de trocas comerciais entre diferentes nações. Por um lado, há certa hegemonia por parte das teorias clássicas e neoclássicas ao apontarem ganhos comerciais decorrentes do comércio. De outro lado, a perspectiva crítica a essa visão apresenta inúmeras dificuldades e problemas envolvidos na dinâmica das trocas entre os países.

Nas últimas duas décadas, a corrente de comércio mundial apresentou um aumento significativo, o que demonstra a expansão das trocas internacionais entre os países. Em 2000, o valor total das exportações mundiais era de US\$6,39 trilhões. Em 2010, o número subiu para US\$14,7 trilhões e, em 2020, a soma das exportações mundiais alcança aproximadamente US\$16,7 trilhões (Oes, 2022). Desse total recente, grande parte do que foi vendido ao mundo teve origem na China, que representou o maior exportador e a segunda maior economia do mundo. Em relação ao Brasil, a China se destaca como principal parceiro comercial, tanto pelas exportações, quanto pelas importações.

A relação comercial entre o Brasil e a China não é recente e teve sua consolidação nos anos 2000. Embora estivesse consolidada, já em meados do período a parceria era considerada difícil, pois, apesar dos grandes superávits comerciais adquiridos pelo Brasil, os produtos chineses começaram a conquistar mercados nacionais de setores importantes, ainda mantendo suas parcelas tradicionais (Barbosa; Mendes, 2006). Em linha, outra preocupação que surgiu nos anos 2000 foi a possível reprimarização da pauta exportadora brasileira, o que, de acordo com Faveri, De Resende e Cário (2016), decorria da perda parcial da importância dos bens manufaturados em face à rica demanda chinesa por bens primários, o que propiciou um grande ciclo de valorização das *commodities* nos anos 2000.

Dada a relevância comercial adquirida pelos países citados nas últimas décadas, somada ao debate inerente aos benefícios e/ou impasses dela decorrentes, este trabalho traz uma discussão atualizada sobre a parceria comercial entre o Brasil e a China, por meio da metodologia bibliográfica e estatística. Para tanto, o estudo se apoia em análises teóricas, históricas e empíricas, usando dados macroeconômicos e do comércio internacional, baseados na metodologia do Sistema harmonizado, abrangendo o período de 2011 a 2021. Dessa forma, o objetivo geral neste trabalho é analisar a dinâmica comercial entre o Brasil e a China no referido período. Como objetivos específicos, busca-se revisar as principais teorias do comércio internacional, apresentar o panorama geral macroeconômico do Brasil e da China no período em questão, além de analisar, a partir dos dados de comércio entre ambos os países, indicadores que revelem vantagens e/ou impasses decorrentes dessa relação.

Vale destacar que a relevância deste estudo está em analisar dados desagregados do comércio internacional, a partir das bases do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) e do *The Observatory of Economic Complexity* (OEC), que desempenha um papel importante na integração de mercados na economia globalizada, além de ser um dos focos principais da política econômica do Estado chinês. Ademais, a temporalidade analítica definida permitirá verificar como alguns fenômenos econômicos da década de 2010 afetaram o grande fluxo comercial sino-brasileiro, como os efeitos remanescentes da Crise do *Subprime*, o fim do ciclo das *commodities*, o início das sanções e guerras tarifárias dos Estados Unidos contra a China, e o choque da pandemia de Covid-19.

Para tanto, este trabalho está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção, apresenta uma revisão teórica sobre as principais teorias econômicas do comércio internacional, quais as conclusões servirão de alicerce para a busca das vantagens e problemas decorrentes do comércio sino-brasileiro. Na segunda, são evidenciadas as divergências e similaridades entre China e Brasil ao longo de sua histórica parceria comercial, além de apresentar uma análise geral sobre as principais métricas macroeconômicas durante o período de 2011 e 2021. Por fim, a última seção dedica-se a analisar a dinâmica do comércio entre Brasil e China no período, a partir de dados gerais e desagregados acerca da exportação e importação entre eles.

1 Teorias do Comércio Internacional: evolução, limitações e críticas

O estudo do comércio internacional no âmbito da Teoria Econômica teve seu ponto de partida com as práticas mercantilistas dos séculos XVI a XVIII, escritas em livros e panfletos de comerciantes, banqueiros e funcionários públicos, dentre outros, que abordavam tópicos práticos de comércio, navegações, tarifas e taxas de juros. A principal preocupação dos mercantilistas era entender como uma nação poderia ser rica, próspera e poderosa. Para isso, a nação teria que adotar um forte protecionismo estatal, ter suas decisões centralizadas e, dessa forma, assegurar seus interesses (Schmoller, 1896, *apud* Magnusson, 2003).

Em termos econômicos, tal política significaria que as nações deveriam buscar vantagem sobre o espólio das outras, com o Estado promovendo exportações e barrando importações. Com superávits comerciais, haveria riqueza, via acumulação de metais preciosos. Porém, neste jogo de soma zero, esperava-se que o resto do mundo perdesse para que tal nação alcançasse superávits comerciais recorrentes (Silva; Lourenço, 2017).

A maior parte da obra de Adam Smith surge como uma crítica ao pensamento mercantilista. O autor explica que o comércio poderia ser vantajoso para os seus participantes, sem que isso resulte em um *déficit* comercial para alguma das nações. Um dos motivos que leva os países a comercializarem, na abordagem de Smith, é porque os países são diferentes. Sabendo que essas

diferenças implicam em diferentes produtividades do trabalho, e aplicando a lógica smithiana da divisão do trabalho no comércio internacional, havendo especialização absoluta em atividades que requerem menos esforço-tempo em cada país, o resultado seria um aumento do produto global. Deste modo, o país, livre de interferência, se especializa na atividade em que tem vantagem absoluta – ou seja, no bem em que se é mais produtivo – e troca esses bens por meio do comércio. Assim, “se as vantagens que um país leva sobre outro são naturais ou adquiridas, isso não interessa. Enquanto um dos países tiver estas vantagens, e outro as deseja, sempre será mais vantajoso para este último comprar do que fabricar ele mesmo” (Smith, 2007, p. 351-352, tradução nossa).

Dessa lógica, decorre uma importante conclusão: ambas as nações que realizam trocas podem obter ganhos de comércio, levando em consideração que há maior quantidade de bens quando otimizado seu fator trabalho, elevando a escala de produção. Tem-se então, os primeiros *insights* importantes para o estudo das teorias do comércio: a busca pela vantagem produtiva, as diferenças entre as economias, o fator de produção trabalho como elemento-chave, e os ganhos de comércio.

David Ricardo, outro autor clássico, chegou a conclusões semelhantes a Smith em relação ao comércio internacional, porém com uma lógica um pouco distinta da divisão do trabalho. Sua principal conclusão foi que um país não precisa ter uma vantagem absoluta para se beneficiar do livre comércio, mas sim uma vantagem comparativa. O ponto central desta análise leva em consideração o custo de oportunidade: “um país tem uma vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade de produzir esse bem, em termos de outros bens, for menor nesse país do que é em outros países” (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2015, p. 22).

Ademais, a melhoria de bem-estar na teoria das vantagens comparativas pode ser vista de modo que os consumidores de ambos os países têm mais opção de consumo depois do comércio, não sendo restrita a esses apenas a dotação de produção do seu próprio país. A busca pelas vantagens, como viam os economistas clássicos, tende a apresentar um bom resultado geral: “estimulando a indústria, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das peculiares potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficaz e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício geral” (Ricardo, 2001, p. 90, tradução nossa).

Após o sucesso da teoria das vantagens comparativas, uma outra contribuição relevante para as teorias de comércio internacional foi um artigo de Eli Heckscher, no qual discutiu a dotação de fatores de produção dos países que têm influência no comércio internacional, publicado em 1919. Em 1933, Bertil Ohlin, seu aluno, elaborou um modelo com base nas suas ideias. Muitas vezes considerado uma extensão do modelo ricardiano, o modelo Heckscher-Ohlin (HO) se tornou referência na teoria neoclássica (Swart, 2007).

Elaborado no formato “2 x 2 x 2” – dois países, dois fatores de produção, dois bens –, os pressupostos principais do modelo HO definem que a única diferença dos países são as dotações relativas dos fatores capital e trabalho (K, L), considerando haver retornos constantes de escala e os bens precisarem necessariamente dos dois fatores de produção para serem produzidos. Os requisitos de mão de obra unitária se tornam uso de fator unitário – há a possibilidade de mobilidade dos fatores de produção. Esse é um pressuposto diferente do modelo ricardiano que implica numa característica fundamental: os custos de oportunidade não são fixos. Na medida em que diferentes *mixes* de insumos são empregados, os custos de oportunidade podem diminuir ou aumentar. Então, a produção de bens pode ser capital intensiva ou mão-de-obra intensiva, dependendo da proporção K/L que seja utilizado na atividade. Dadas as dotações diferentes das economias, os custos diferem: assim, um país com alta oferta relativa de mão de obra para o capital será relativamente melhor em produzir bens intensivos em trabalho do que outro país com baixa oferta relativa de mão de obra para o capital (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2015). Dessa forma, percebe-se que o pressuposto ricardiano de se “produzir onde é mais barato” continua sendo válido.

No entanto, quando as economias decidem comercializar, elas exportarão os bens que são feitos com os fatores relativamente abundantes. Esse comportamento leva à convergência do preço relativo do bem entre as duas economias: aumenta o preço relativo no país exportador, diminui o preço relativo no país importador. A principal conclusão do modelo é o Teorema de Heckscher-Ohlin: os países exportarão bens com vantagens comparativas no fator relativamente abundante, e importarão bens cujo fator de produção seja relativamente escasso. Há uma reformulação na obtenção das vantagens comparativas, já que diferentes dotações e abundância relativa de fatores podem trazer diferentes custos de oportunidade (Moreira, 2012).

Mais adiante na história econômica, destaca-se a contribuição da chamada Nova Teoria do Comércio, que expande o arcabouço das teorias neoclássicas ao considerar diferentes estruturas de mercado e a obtenção de economias de escala, algo mais próximo da realidade dos países. Krugman é um dos expoentes dessa teoria nos anos 1970-1980, e sua principal ideia é que o comércio não precisa depender das vantagens comparativas, mas sim das economias de escala — a redução dos custos à medida que a produção aumenta. Especializações e economias de escala justificam o fato de países comercializarem mesmo sendo "iguais" — não tendo diferença entre suas dotações. Esse fenômeno é chamado de comércio intrasetorial (Silva; Lourenço, 2017).

Os estudos nesta nova abordagem se estendem à Economia Industrial, ao Desenvolvimento Econômico e à Economia Regional, já que a concorrência oligopolista e a localização desempenham papel fundamental nas economias de escala, sejam as externas (nível industrial), sejam as internas (nível da firma). Assim, no mercado intrasetorial, empresas que atingem as economias crescentes de escala tenderão a exportar. Além disso, poderão instalar facilidades em mercados estrangeiros (multinacionais) ou terceirizar parte de suas operações (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2015).

Com este último avanço teórico, foram expostas até aqui as principais teorias econômicas tradicionais do comércio internacional, com seus principais pressupostos e conclusões. Apesar de serem visões essenciais e ferramentas vitais para o estudo que envolve este trabalho, os modelos apresentam limitações. Nesse sentido, uma ampla gama de autores tece críticas às principais conclusões analisadas, além de apontarem diferentes visões acerca da relação comercial entre as nações.

O argentino Raúl Prebisch desenvolveu uma das mais relevantes críticas à abordagem tradicional do comércio. A sua principal argumentação é o fato de as economias latino-americanas estarem voltadas para a exportação de produtos primários, o que as torna mais vulneráveis às mudanças na situação externa, sobretudo, com a hegemonização dos Estados Unidos (EUA) durante o período pós-guerra (Swart, 2007).

Em 1949, ao fazer uma análise histórica e teórica para encontrar os entraves do desenvolvimento do continente sul-americano, Prebisch não descartou as teorias neoclássicas. Porém, concluiu que elas não podem explicar a trajetória do desenvolvimento latino-americano. A análise mostrou que o comércio entre o centro dinâmico (países desenvolvidos) e a periferia (países subdesenvolvidos, com exportações intensivas em bens primários), como era o caso entre a América Latina e os EUA, não trouxe benefícios a ambas as partes, como prega a teoria convencional: o progresso tecnológico falhou em diminuir os preços relativos. Os frutos do ganho da produtividade da proporção capital/trabalho resultaram em aumento da renda dos fatores para o centro. Já na periferia, por motivos de assimetria da divisão do trabalho e a baixa elasticidade renda da demanda dos bens primários, são inibidas as forças de repasse de renda do trabalho, apenas resultando na queda dos preços relativos dos bens primários, aumentando os preços relativos dos bens manufaturados (que são importados): há uma piora nos termos de troca (preço da exportação de um país dividido pelo preço de suas importações). Assim, as melhoras de produtividade no trabalho da periferia são transferidas ao centro. Em outras palavras, "[...] enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico" (Prebisch, 1949, *apud* Swart, 2007, p.70).

Deste modo, Prebisch argumenta que, uma vez que a periferia não tem a mesma mobilidade de fatores – pressuposto chave nos modelos neoclássicos – em face aos países centrais, o comércio internacional entre o centro e a periferia tende apenas ao desequilíbrio externo. O comércio pode ser benéfico para ambos e os modelos validados se apenas a periferia atingir um bom nível de mobilidade de fatores. Assim, diagnosticado o problema, o autor faz uma série de sugestões práticas para resolvê-lo, entre as mais importantes, a industrialização da América Latina. Esse e vários outros estudos do economista argentino o tornaram referência em desenvolvimento econômico do continente, sendo um dos proponentes do processo de substituição de importações, que seria o primeiro passo que a América Latina tomaria para vencer as externalidades negativas de sua inserção comercial (Swart, 2007).

Outro economista que defendeu que alguns pressupostos dos modelos neoclássicos não refletem a realidade foi Nicholas Kaldor. Para ele, as hipóteses de retornos constantes de escala e concorrência perfeita, que levam ao ganho mútuo e à elevação da renda, não funcionam na realidade: atividades de agricultura tem retornos decrescentes, enquanto atividades industriais têm retornos crescentes de escala. Por isso, o livre comércio internacional pode ser prejudicial para países em fase de desenvolvimento e apenas os submeteriam ao subdesenvolvimento, o que leva à divergência entre o crescimento relativo das nações. Tais afirmações tem respaldo em suas observações da indústria e no que são conhecidas como as três leis de Kaldor³. Em contraste à especialização em produtos primários, a indústria gera aumento de produtividade, expande o progresso técnico por toda a economia, gera mais ligações para frente (e para trás) por meio do efeito *spillover*, e produtos manufaturados tem maior elasticidade renda da demanda (Silva; Lourenço, 2017). Quando países industrializados comercializam com países desindustrializados, visando vantagens comparativas, estimulam sua desindustrialização, o que para Kaldor, implica em baixo desenvolvimento econômico.

Em sua teoria, a demanda externa é impulsionada pela indústria, o que leva a mesma a expandir e se aperfeiçoar, elevando exportações competitivas, ocorrendo um círculo virtuoso. Quando economias desindustrializadas focam nas exportações de bens com baixa elasticidade-renda da demanda, o ciclo virtuoso é inviável, pois as leis de Kaldor não se aplicam: não há progresso técnico, nem *linkages* relevantes para o restante da economia. Como Silva e Lourenço (2017) concluem, Kaldor enfatizou o importante papel da indústria no intercâmbio comercial para uma estratégia moderna de produção, resultando em uma trajetória de desenvolvimento econômico sustentável. Contudo, como os retornos de escala são diferentes entre as atividades, esse intercâmbio tende a apenas elevar a divergência de crescimento das nações.

³ i) Há uma forte relação causal entre aumento da manufatura e aumento do PIB; ii) há uma forte relação causal entre o aumento da produtividade e crescimento da manufatura; iii) há uma forte relação causal entre a velocidade da expansão da indústria e o aumento da produtividade em outros setores (Silva; Lourenço, 2017, p. 174-177).

Enquanto as teorias de comércio internacional focam em fatores de produção, sobretudo o trabalho, as verdadeiras forças produtivas – inovação, conhecimento, invenções, melhorias constantes – são totalmente deixados de lado pelos modelos, levando List a negar as vantagens que o comércio teoricamente traria: “uma nação que troca produtos agrícolas por artigos manufaturados estrangeiros é um indivíduo com um braço só, sustentado por um braço estrangeiro” (List, 1983, *apud* Moreira, 2012, p. 219). Neste sentido, numa linha complementar a esta visão, os teóricos institucionalistas se atentam à inovação para analisar a dinâmica entre as nações, com base na crítica de Friedrich List.

O institucionalista Dosi argumenta que os pressupostos neoclássicos são heroicos e, uma vez abandonado ou alterado algum deles, os modelos com seus indivíduos racionais, concorrência perfeita e tendendo a um equilíbrio walrasiano, perdem completamente todas suas consistências e aplicabilidades. Então, o comércio internacional deve ser modelado de modo que sejam consideradas as mudanças tecnológicas e institucionais contínuas, num ambiente puramente dinâmico e incerto, e não com tecnologias em forma de funções de produção sem conter a especificidade técnica, histórica e institucional de cada país (Moreira, 2012).

Sendo a tecnologia e a inovação — com ênfase à indústria de bens de capital — diferenciais na obtenção de economias de escala e vantagens competitivas no comércio internacional, outros autores aprofundam a discussão na ótica da proteção da indústria iniciada por List, já que países desenvolvidos historicamente e institucionalmente têm essas vantagens, e continuam as expandindo. Então, é necessário que os países subdesenvolvidos busquem essa convergência por meio do protecionismo estatal. O suporte governamental é fundamental para trazer vantagens competitivas em certa indústria e beneficiar a nação a longo prazo (Krugman, 1986, *apud* Magnusson, 2003).

Vê-se, dessa forma, a partir da exposição das principais teorias tradicionais do comércio e das limitações e críticas a estes modelos que, apesar de serem vitais e importantes, estes possuem pressupostos fundamentais que são sensíveis à realidade: a falta de mobilidade de fatores, as diferenças dos retornos de escala, com base nas diferenças tecnológicas e inovativas das nações, e a presença de uma vantagem histórica-institucional dos países já desenvolvidos, acabam levantando sérias dúvidas sobre o comércio internacional ser sempre benéfico para todos os que dele participam.

Então, dada a ênfase e as particularidades do comércio internacional nas relações econômicas, conforme exposto por diferentes abordagens, este trabalho busca explorar e analisar os padrões comerciais de duas nações: Brasil e China, grandes parceiros comerciais, no intervalo temporal de 2011 a 2021. Na seção seguinte este objetivo se desenha a partir da análise dos principais dados macroeconômicos dessas duas economias, com o objetivo de compará-las e compreender o dinamismo econômico próprio de cada uma. Depois, relaciona-se essas informações com os dados do comércio exterior e as respectivas pautas de exportação e importação de cada país, a fim de analisar o padrão de comércio que predomina entre Brasil e China no período citado.

2 Panorama macroeconômico de Brasil e China entre 2011 e 2021

O objetivo nesta seção é analisar o panorama macroeconômico de Brasil e China entre 2011 e 2021. A escolha destes países se dá em função da importante representatividade de ambos em nível mundial, e, sobretudo, à importante relação comercial entre eles, sendo a China o principal parceiro comercial do Brasil. O intervalo temporal é extremamente relevante para o estudo, pois, além de caracterizar a situação econômica dessas economias no período de uma década, capta importantes efeitos de choques econômicos: a década analisada contempla os efeitos da grande recessão mundial do *subprime*, iniciada em 2007; em meados de 2014 a 2017, o Brasil enfrentava uma das suas piores crises econômicas; no final da década, a China e os Estados Unidos protagonizaram uma guerra tarifária; e, em 2020, o mundo enfrentava outra crise econômica, dessa vez decorrente da pandemia de Covid-19.

Para que o panorama macroeconômico entre estas economias durante esses anos seja devidamente analisado, subdivide-se o conteúdo em subseções. A primeira, apresenta uma contextualização dos antecedentes da relação comercial sino-brasileira antes de 2011, enquanto a segunda realiza a apresentação e análise das principais variáveis macroeconômicas dos dois países.

2.1 Os antecedentes da relação comercial sino-brasileira

Apesar de o Brasil e a China apresentarem grandes áreas geográficas e significativas populações, essas nações apresentam várias diferenças econômicas. Essas divergências são observadas a partir da origem e da história econômica de cada um dos países, mas podem ser mais fortemente identificadas a partir da década de 1970.

Do ponto de vista macroeconômico, Krugman e Wells (2015) explicam que na época ocorreu um rápido crescimento no leste asiático, fenômeno que a economia chinesa presenciou anos mais tarde. Esse “milagre” foi possível graças ao panorama econômico dos asiáticos, que permitia que todas as suas fontes de crescimento atuassem com capacidade máxima – altas taxas de investimento, nível educacional exemplar e progresso tecnológico substancial. Além disso, o ponto de partida, com um grande atraso relativo, contribuiu para as altas taxas de crescimento desses países, que eram muito pouco desenvolvidos antes dos anos 1960. Assim, com a adoção de tecnologia que já havia sido desenvolvida no exterior, puderam aumentar sua produtividade rapidamente. Isso não ocorreu na América Latina, que em meados de 1900, tinha nível de crescimento destacado, mas, ao longo do tempo, não conseguiu manter este cenário. Então, a convergência do crescimento chinês foi bem-sucedida, ao contrário da experiência latino-americana (Krugman; Wells, 2015).

Para autores novo-desenvolvimentistas, a explicação para a grande diferença de crescimento entre estes países é explicada por várias opções de políticas econômicas, que continham grande ênfase no comércio internacional. A estratégia asiática consistia em usar políticas fiscais, monetárias e cambiais para adquirir e desenvolver tecnologia doméstica avançada, e assim exportar bens com alto valor agregado. Enquanto a América Latina enfrentava limitações do processo de substituição de importações, as firmas asiáticas já podiam competir, em mesmo nível, com firmas de outros países desenvolvidos (Pereira; Jabbour; De Paula, 2020).

Segundo De Holanda (2016), nos anos 1970, foram iniciados os primeiros negócios sino-brasileiros: no contexto de política externa de Geisel, com o objetivo de ampliar o leque de parceiros comerciais no país. Naquela época, o Brasil era mais desenvolvido do que a China, e durante a década, suas exportações incluíam açúcar, algodão, minério de ferro e produtos manufaturados de petroquímica e siderurgia, enquanto importava majoritariamente petróleo e carvão da China. A relação comercial entre os dois continuou na década seguinte, mas perdeu dinamismo devido às dificuldades causadas, sobretudo, pelos choques do petróleo em 1973 e 1979 e à crise do balanço de pagamentos brasileiro. Além disso, no final de 1970, emergia um novo paradigma tecnológico, o complexo eletrônico e a tecnologia da informação, com grande potencial de geração de riqueza, no qual a China, ao contrário do Brasil, se inseriu antecipadamente (De Holanda, 2016).

Nos anos 1990, ambos os países passaram por mudanças institucionais e econômicas. No caso brasileiro, o esgotamento do processo de substituições de importações levou a uma política industrial de abertura comercial, com o objetivo de melhorar a concorrência, adotando reduções tarifárias e acabando com outros mecanismos de restrições às importações (Lacerda *et al.*, 2010). A China também executava uma maior ampliação de entrada de capital estrangeiro, e, graças às reformas e industrialização do “milagre asiático”, a sua pauta de exportação ao Brasil passou a incorporar produtos manufaturados intermediários, como brinquedos, calçados, produtos têxteis e alguns aparelhos de rádio e som (Conselho Empresarial Brasil-China, 2015).

Lacerda *et al.* (2010) observa que, somado ao difícil cenário econômico brasileiro nos anos 1980 e 1990 (crescimento irregular, inflação levando a altas da taxa de juros, câmbio desvalorizado e não capacidade de adentrar no paradigma industrial eletrônico), a indústria brasileira se reestruturou com maior dependência de importações de bens de capitais, havendo uma relativa reprimarização da pauta exportadora. Esse fenômeno, segundo Faveri, De Resende e Cário (2016), ocorre quando países, já com parques industriais em desenvolvimento e com relativa participação de bens manufaturados em suas exportações, tendem a se especializar na exportação de *commodities*. Ao alocar seus recursos produtivos nessas atividades, acabam enfraquecendo a participação de outros setores, sobretudo da indústria.

Como foi exposto na seção anterior, algumas teorias de comércio, como a de Kaldor, consideram a indústria como o motor do crescimento econômico, e seu enfraquecimento tende a resultar em baixo dinamismo e baixo crescimento econômico (Silva; Lourenço, 2017). Essa tendência se acentuou a partir dos anos 2000, quando se observou um maior dinamismo nas relações sino-brasileiras, havendo mudanças quantitativas e qualitativas nos âmbitos comerciais e políticos. Além do aumento do fluxo comercial e do investimento direto chinês no Brasil, houve um maior diálogo empresarial bilateral em diversos setores. Tais mudanças levaram à solidificação da relação sino-brasileira durante o primeiro governo Lula, que buscava forte cooperação internacional e aproveitou as oportunidades oriundas do modelo do crescimento chinês, que criou forte demanda por *commodities* minerais, agriculturas e bens industriais, o que resultou em um aumento do preço internacional e ganhos na balança comercial brasileira (Conselho Empresarial Brasil-China, 2015).

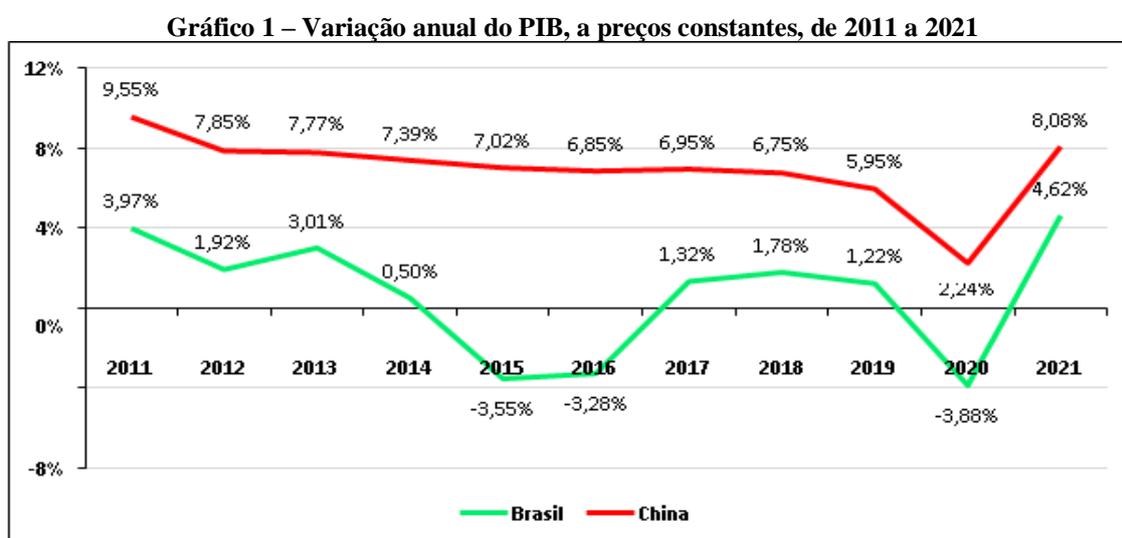
Os fluxos de exportações e importações chinesas, que começavam a conter produtos mais sofisticados, cresceram rapidamente na década de 2000. Em 2009, a China se tornou a maior parceira comercial do Brasil, tirando os EUA da posição que ocupava desde 1930. Na época, os benefícios da parceria já eram questionados por algumas figuras – como os empresários do ramo têxtil – pois as crescentes exportações chinesas começavam a competir com várias indústrias locais, ainda mantendo a presença tradicional em bens intermediários, como brinquedos e aparelhos (Barbosa; Mendes, 2006). Até o estouro da crise do *Subprime*, a relação comercial sino-brasileira foi marcada pelas mudanças nos padrões de comércio brasileiro e pelo dilema que isso trouxe: a parceria promissora e privilegiada pela China contra algumas indústrias nacionais que perdiam em face a concorrência chinesa. Após isso, os desafios do Brasil se estenderam com a crise de 2014, e a economia chinesa passou a despontar como grande potência mundial.

Diante deste espectro da relação sino-brasileira, a próxima subseção continua a análise da relação entre os dois países, sendo apresentados e analisados os principais dados macroeconômicos de ambos, no período de 2011 a 2021.

2.2 Dados macroeconômicos do Brasil e da China: um panorama entre 2011 e 2021

As principais variáveis analisadas nessa seção foram coletadas junto à base de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI): o *World Economic Outlook Database* e o *International Financial Statistics*, versões de 2022. Apenas para o caso das balanças comerciais, foram consultadas a base de dados da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT), no site do Ministério da Economia do Brasil, e a Administração Geral de Alfândegas da China, versões de 2022.

Uma das principais variáveis macroeconômicas utilizadas para representar a dinâmica de uma economia refere-se ao valor de sua produção total, ou seja, o valor do Produto Interno Bruto (PIB). Sua variação percentual, que mostra o ritmo de crescimento do produto, é uma medida sofisticada e a mais utilizada para avaliar a evolução da atividade econômica. Durante o período de 2011 a 2021, a média de crescimento ano a ano da China foi de 6,95%, enquanto a do Brasil foi de apenas 0,70% — fortemente prejudicada pelas recessões de 2015, 2016 e 2020. Ambos tiveram desaceleração durante o período, embora partam de magnitudes de crescimento distintas. O gráfico 1 mostra a variação do PIB ano a ano para ambos.



Fonte: elaborado pelos autores com base no *World Economic Outlook Database* (FMI), de abril de 2022.

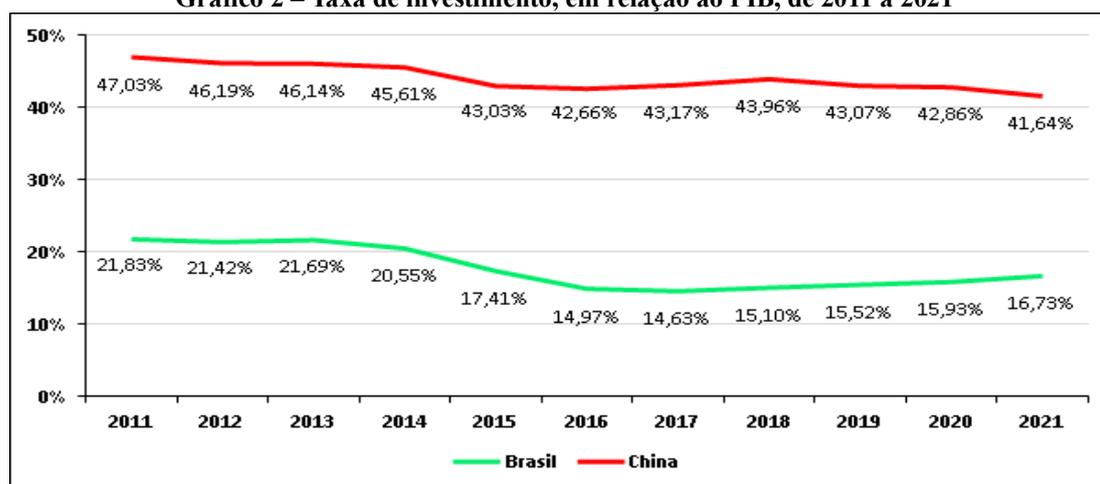
A média de crescimento da China é quase 6 vezes maior que a do Brasil, e é menos volátil em relação ao comportamento brasileiro. É possível notar uma visão estagnada para o PIB do Brasil, crescendo relativamente devagar até 2015, ano de maior recessão, desde o início da série elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996, conforme Costas (2015).

Essa queda de crescimento foi causada por diversos fatores, como a paralisação da Petrobras e empresas do ramo da construção civil, vitais para os investimentos na época, por escândalos de corrupção no país, acompanhadas por uma baixa nos preços do petróleo e outras *commodities*. A instabilidade política também ajudou a deteriorar o quadro fiscal e a aumentar o clima de incerteza, acompanhado do aperto monetário. Em 2016, a economia brasileira ainda não tinha se recuperado. Como será visto ainda nessa seção, os efeitos da alta taxa de juros e desemprego na época causaram uma queda no consumo das famílias, e uma estagnação dos setores produtivos, resultando em um segundo ano de recessão seguida. Os três anos seguintes foram de leve recuperação, mas o choque da pandemia causou mais uma recessão em 2020, com alta desaceleração para o Brasil e para a China. Em 2021, após o fim das medidas de restrição, ambos os países apresentaram recuperação da

atividade econômica: 8,08% de crescimento na China e 4,62% no Brasil. Vale ressaltar que, apesar destes valores serem altos, o aumento está mais ligado ao carregamento estatístico de sair de uma situação de atividade negativa.

A taxa de investimento da economia corresponde à razão entre a formação bruta de capital fixo (FBCF) e o PIB, em determinado período (Feijó *et al.*, 2013). De forma direta, este indicador mostra o quanto do produto anual foi gasto com capital físico. Segundo Krugman e Wells (2015), o aumento de investimento em capital físico influencia positivamente a produtividade do trabalho, possibilitando taxas mais rápidas de crescimento. As diferenças entre as taxas de crescimento dos países geralmente estão correlacionadas às diferenças entre as taxas de investimento. Em média, 44,12% do produto chinês foi investido entre 2011 e 2021, enquanto a média brasileira foi de 17,80%. O alto nível de capital pode explicar a grande diferença do ritmo de crescimento da economia chinesa comparada a do Brasil, conforme expresso no gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de investimento, em relação ao PIB, de 2011 a 2021

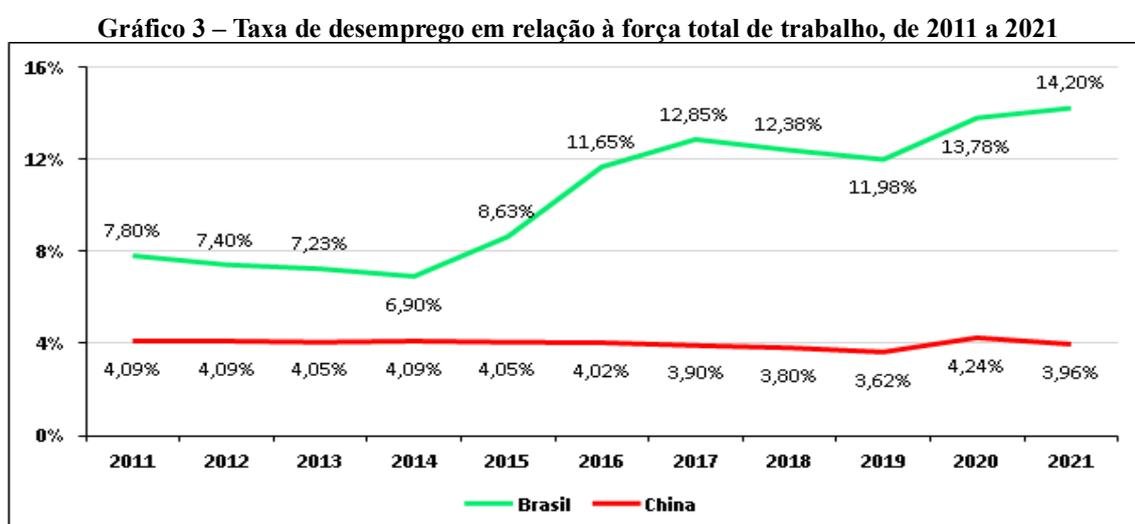


Fonte: elaborado pelos autores com base no World Economic Outlook Database (FMI) de abril de 2022.

É interessante notar, porém, que a taxa de investimento decresceu para ambas as economias. Tanto a taxa de investimento brasileira quanto a chinesa permaneceram quase constantes até desacelerarem em média 5 pontos percentuais entre 2014 e 2016, e a partir daí, houve certa estabilidade até o fim do período. Embora apresente tendência decrescente, a queda da taxa de investimento da China é bem pequena, além de estar num nível relativamente alto, acima de 40%. A queda da participação do investimento no PIB, mais acentuada para o Brasil, pode ser atribuída às difíceis condições macroeconômicas refletidas na recessão, que tendem a frear a confiança e a tomada de decisão do empresariado e do governo em relação à expansão do capital físico. Segundo o IBGE, a queda de 2015 foi em função da queda da atividade econômica, principalmente da indústria da construção, e alta do dólar, que, na época, frearam as importações de capital (Uol, 2016). A partir daí,

o investimento brasileiro continuou decrescendo até atingir a mínima histórica em 2017, de 14,6%. A baixa poupança doméstica e falta de competitividade do país para atrair recursos externos também ajudaram o indicador a permanecer baixo (ICL Economia, 2022).

A literatura econômica define a taxa de desemprego como a razão entre a população desocupada, mas que deseja e procura trabalho, e a força de trabalho total — soma das pessoas em idade e competência para o trabalho, empregados ou não. É de se esperar que uma economia que cresce a quase 7% ao ano tenha um nível muito baixo de desocupação, como mostra o gráfico 3. Durante todo o período, a taxa de desemprego chinesa permaneceu em cerca de 4%, tendo um leve aumento durante a pandemia.



Fonte: elaborado pelos autores com base no *World Economic Outlook Database* (FMI), de abril de 2022.

Já a média percentual de desemprego, no mesmo período, no Brasil foi de 10,43%. Em 2011, a taxa já era de quase 8%. Durante os anos da crise, houve um forte aumento, chegando ao maior nível em 2017 (12,85%). Após estabilizada, o choque da pandemia de Covid-19 leva a taxa de desemprego a níveis ainda maiores, fechando o período em 14,20%. Em pontos percentuais, o nível de desemprego brasileiro praticamente dobrou durante os 11 anos, refletindo a curva de crescimento do PIB brasileiro no período.

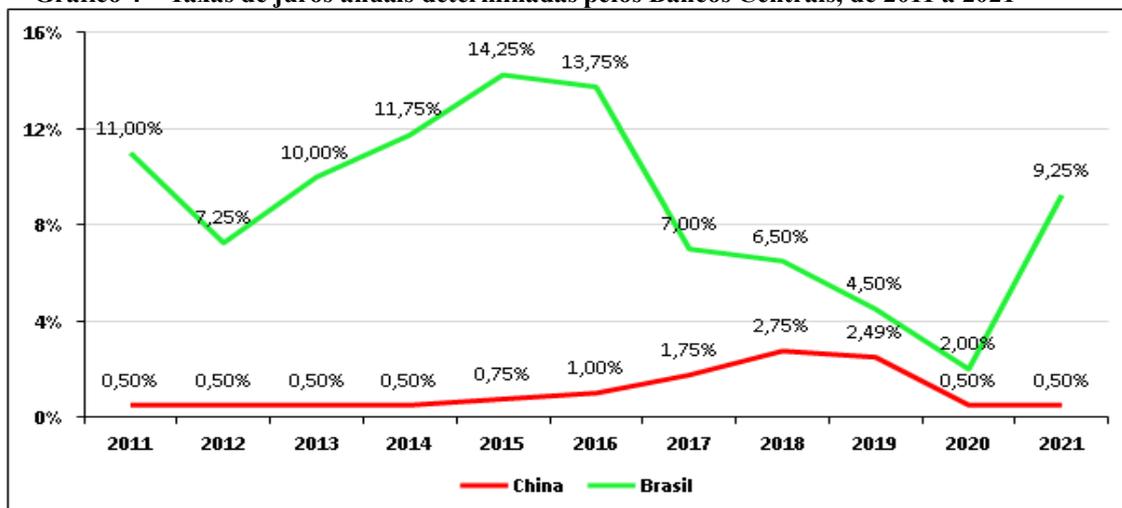
Para além das variáveis reais, em termos macroeconômicos, a taxa de juros é uma variável chave para se analisar a dinâmica econômica. Considerada como uma forma de precificar a moeda, é um dos principais instrumentos de política monetária. Em um cenário de juros baixos o custo de oportunidade de reter moeda também é baixo e os agentes preferem consumir, logo os empresários ficam mais confiantes para expandir seus negócios, via investimento, por exemplo. Caso contrário, é preferível reter dinheiro e tanto a confiança das famílias e do empresariado são abaladas pelos juros altos e pela própria escassez de crédito que a alta dos juros causa. Além disso, os Bancos Centrais, no

caso dessas duas economias, estabelecem uma meta de taxa de juros que serve de referência para todo o sistema financeiro de seus países, como instrumento utilizado para garantir a estabilidade de suas moedas. Essa meta é o que se refere como taxa de juros neste trabalho.

Durante o período analisado, a China manteve uma política de juros baixos, iniciando e fechando com taxa de meio ponto percentual, refletindo as condições financeiras favoráveis para a expansão da atividade econômica. Como pode ser visto no gráfico 4, o caso brasileiro é muito diferente. Em 2011, ainda sob os efeitos da crise do *Subprime*, a SELIC, taxa de juros básica do Brasil, fechou em 11% ao ano, desacelerando para 7,25% em 2012.

A partir daí, houve tendência de alta até o ápice da crise em 2015, em que a taxa finalizou com 14,25%, e entrou em ciclo de queda expressiva entre 2016 e 2017, quando finalizou o ano com 7%. O ciclo de baixa continuou com força a partir do governo interino de Michel Temer, e já em tempos de pandemia, chegou à marca de 2% ao ano, o menor valor da série histórica. Mais do que instrumento de aquecimento ou resfriamento econômico, esse ciclo se explica em função do comportamento da inflação brasileira, e nesse cenário, pouco ajudou no singelo crescimento do PIB entre 2017-2020, ano que o Banco Central tentava estimular a atividade econômica em meio a *lockdowns*, total desconfiança e falta de expectativas dos agentes. Em 2021, porém, a alta foi intensa, fechando o período com 9,25% ao ano.

Gráfico 4 – Taxas de juros anuais determinadas pelos Bancos Centrais, de 2011 a 2021



Nota: as taxas de juros da China são referentes à administração de Hong-Kong, o maior centro financeiro do país. As taxas de juros foram coletadas no final de cada ano (mês de referência: dezembro).

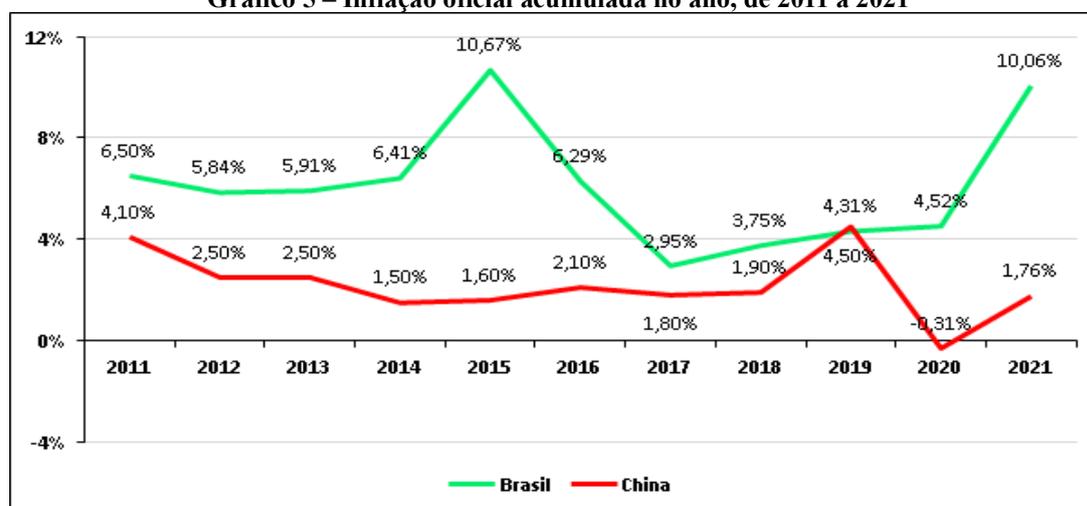
Fonte: elaborado pelos autores com base no *International Financial Statistics* (FMI), 2022.

Uma das principais missões das políticas monetárias dos Bancos Centrais é garantir o poder de compra de suas moedas. Então, muito do ciclo dos juros refletem a inflação do país. A taxa acumulada de inflação entre janeiro e dezembro de cada ano fornece o quanto o custo de vida

aumentou ou diminuiu em relação a um período anterior. Entre 2011 e 2021, a média percentual de inflação chinesa foi de 2,18%, contra 6,11% da brasileira. Iniciou-se o período ainda com efeitos da crise americana, a 4,1% no acumulado de 2011, desacelerou para 2,5% em 2012 e até 2019, início da pandemia, manteve a inflação na média de 2%. No final de 2019, em meio à guerra comercial, a inflação subiu para 4,5%, mas a economia chinesa enfrentou uma surpreendente deflação no ano seguinte (-0,31%) e manteve níveis baixos até o final de 2021, menos da metade dos níveis de 2011.

No Brasil, cuja relação com a inflação já é histórica, observa-se uma tendência muito ligada à curva da taxa de juros: a inflação que acelerou até 10,67% em 2015 caiu para 2,95% em 2017, muito devido aos aumentos da SELIC. A partir daí, a inflação entre os dois países ficou relativamente próxima, com o Brasil tendo maior desaceleração econômica que a China em 2019. Porém, com os efeitos da pandemia, a taxa de inflação brasileira voltou a registrar altos níveis, fechando o período com 10,06%, cerca de 4 pontos percentuais a mais que em 2011. Esses números indicam o nível de aumento nos preços essenciais da economia, que dificultam a vida e a tomada de decisão da população média, o que atrapalha o consumo, que reflete na produção, muitas vezes resultando em baixo crescimento econômico.

Gráfico 5 – Inflação oficial acumulada no ano, de 2011 a 2021

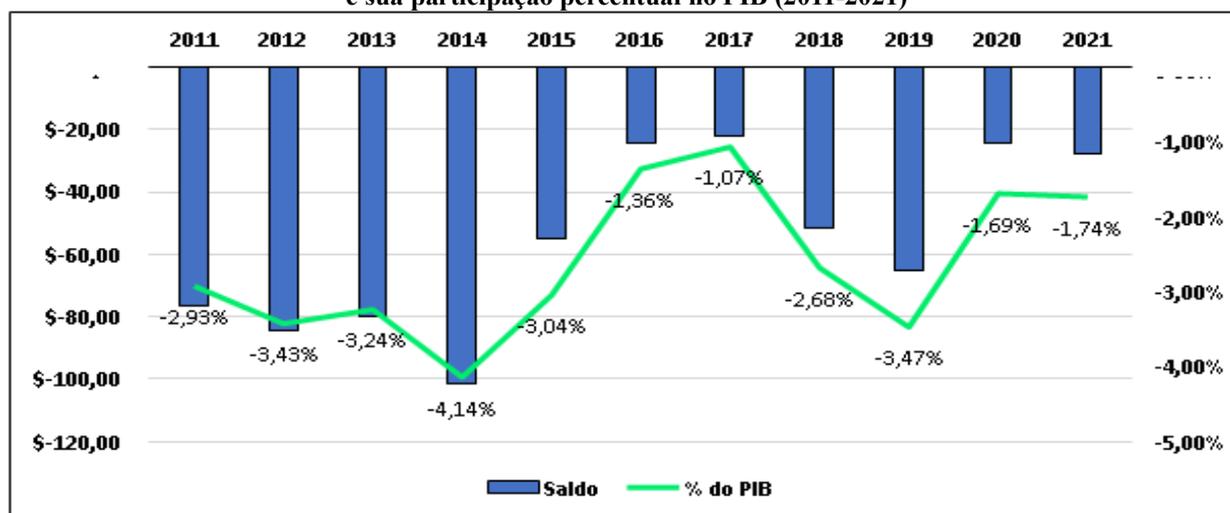


Fonte: elaborado pelos autores com base no *World Economic Outlook Database* (FMI), de abril de 2022.

Além das métricas nacionais, a análise da relação dos países com o resto do mundo é fundamental. Nesse sentido, uma primeira importante medida se dá pela análise do balanço de pagamentos. Seus débitos e créditos são oriundos do comércio internacional de bens e serviços, transferências de renda, doações e outros fluxos econômico-financeiros entre residentes e não residentes.

Durante o período analisado, o Brasil registrou déficits, ou seja, saldo do balanço de pagamentos negativo. Porém, a balança comercial, uma das estruturas principais do balanço de pagamentos, registrou superávits na maior parte do período (saldo positivo no balanço), o que mostra que o balanço brasileiro tem grandes déficits em suas outras contas, como a de serviços e capital, onde são registrados os fluxos de juros de dívidas, por exemplo. Nesse caso, o Brasil é visto como devedor com base em seu balanço, e necessita de financiamento de outras nações para operar. O maior déficit foi registrado em 2014, cerca de US\$ 102 bilhões: 4,14% do PIB no período, conforme apresenta o gráfico 6. O menor déficit foi registrado em 2017: 1,07% do PIB (US\$ 22,03 bilhões), que voltava a acelerar na época depois de duas recessões, mas nos anos seguintes, os déficits foram ainda mais altos. Em média, o déficit entre 2011 e 2021 foi de US\$ 56 bilhões, ou, em média percentual, 2,6% do PIB foi financiado ou devido ao resto do mundo nesses 10 anos.

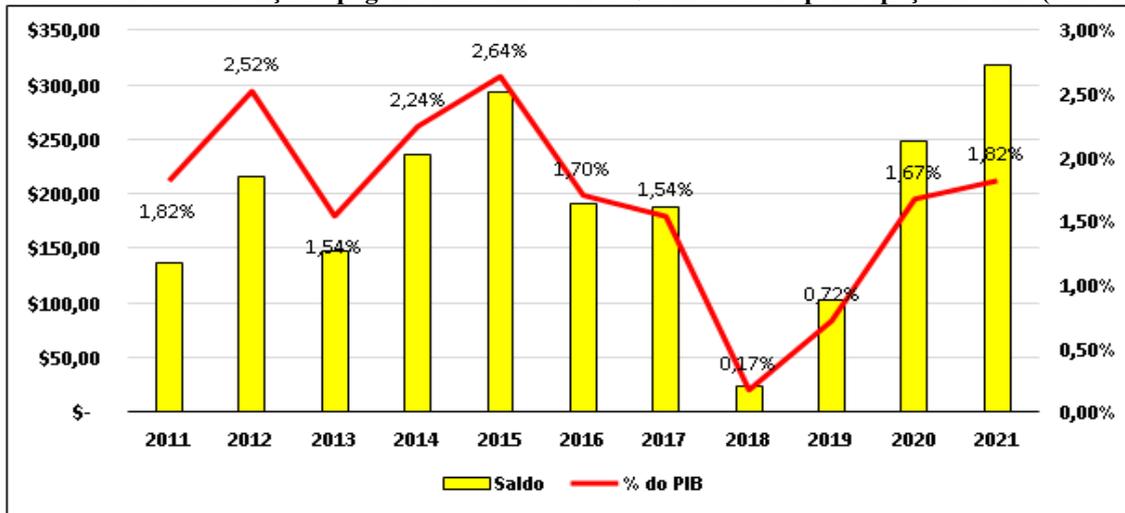
Gráfico 6 – Saldo do Balanço de Pagamentos brasileiro em US\$ bilhões e sua participação percentual no PIB (2011-2021)



Fonte: elaborado pelos autores com base no *World Economic Outlook Database* (FMI) de abril de 2022.

O gráfico 7 mostra o balanço de pagamentos da China. O cenário é bem diferente no caso chinês: o balanço registra superávits em todos os anos, e são relativamente altos comparados ao Brasil. Sua média foi de US\$ 191,1 bilhões: 1,67% de participação no PIB, em médias percentuais, ou seja, participação do produto que provém de fluxos de crédito dos outros países. O menor superávit foi registrado em 2018, ano da guerra comercial contra os EUA, com US\$ 24,13 bilhões (0,17% do PIB). Mas, já em 2019 recupera seu ritmo, e fecha o período com seu maior superávit, US\$ 317,30 bilhões (1,8% do PIB), podendo pagar o déficit brasileiro 11 vezes e ainda ter saldo positivo em 2021.

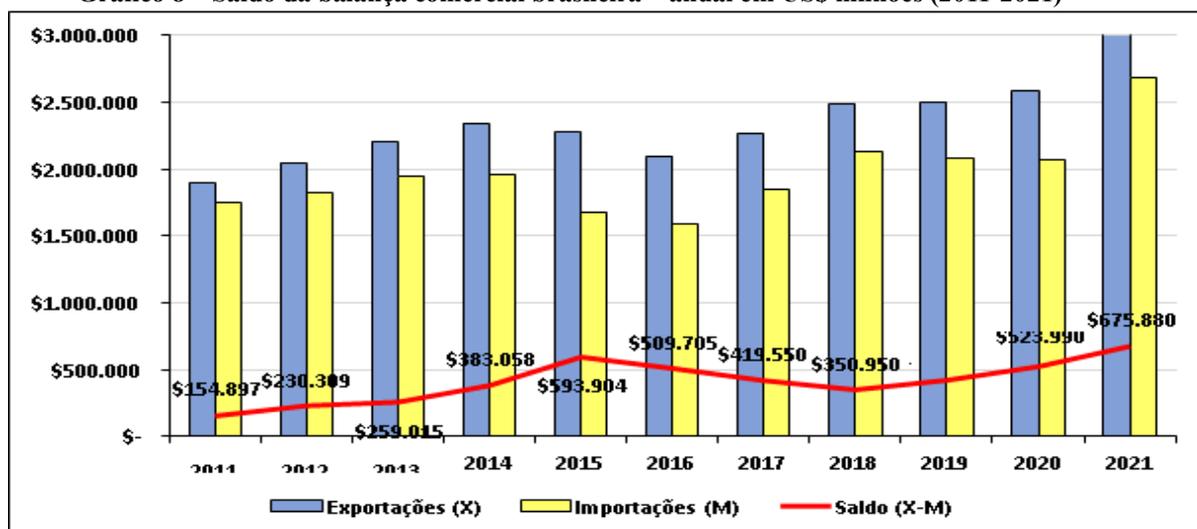
Gráfico 7 – Saldo do balanço de pagamentos chinês em US\$ bilhões e sua participação no PIB (2011-2021)



Fonte: elaborado pelos autores com base no *World Economic Outlook Database* (FMI) de abril de 2022.

A balança comercial é uma das estruturas presentes no balanço de pagamentos, registrando contabilmente todas as importações e exportações do país num determinado período do tempo. No período, o Brasil registrou maiores fluxos de exportação do que de importação, registrando déficit na balança comercial somente em 2013 e 2014, durante o início do período que foi marcado por maiores dificuldades – o pós-crise *Subprime* e instabilidade interna. A participação do saldo de comércio exterior no produto foi em média de 1,65%. Entretanto, os dois últimos anos apresentaram média de 3,6%, o que num cenário que capta os efeitos da pandemia, mostra uma forte resiliência comercial brasileira no período, vital para evitar que a queda do PIB em 2020 fosse ainda maior.

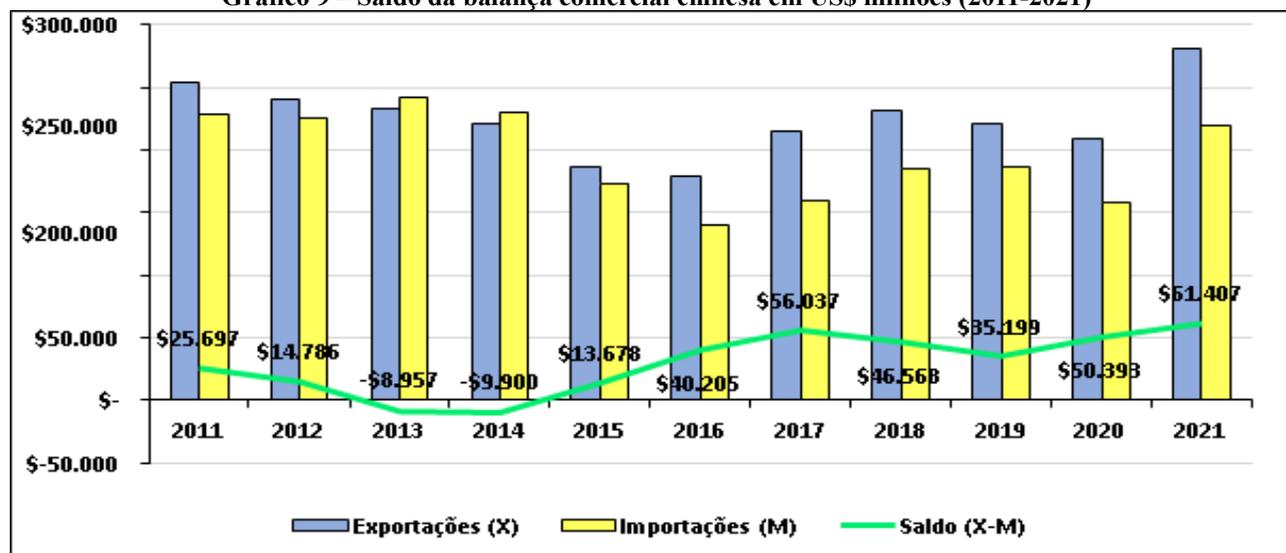
Gráfico 8 – Saldo da balança comercial brasileira – anual em US\$ milhões (2011-2021)



Fonte: elaborado pelos autores com base no *World Economic Outlook Database* (FMI) de abril de 2022.

Já a China, apresentou um fluxo muito maior de exportações, mas também dependendo de muita importação. A participação do saldo comercial no PIB chinês no período foi, em média, 3,4%. No início do período, os superávits foram aumentando gradualmente, de US\$ 154,9 bilhões em 2011 até atingir quase US\$ 594 bilhões em 2015. Apesar de não ter sido o maior saldo positivo, marcou 5,34% do PIB no ano, a maior participação do comércio internacional para a economia chinesa durante o período aqui analisado. Houve queda gradual entre 2016 e 2018, mas tendência a partir daí, mesmo em meio a guerras tarifárias com os EUA, é de crescimento dos superávits.

Gráfico 9 – Saldo da balança comercial chinesa em US\$ milhões (2011-2021)



Fonte: elaborado pelos autores com base no *World Economic Outlook Database* (FMI) de abril de 2022.

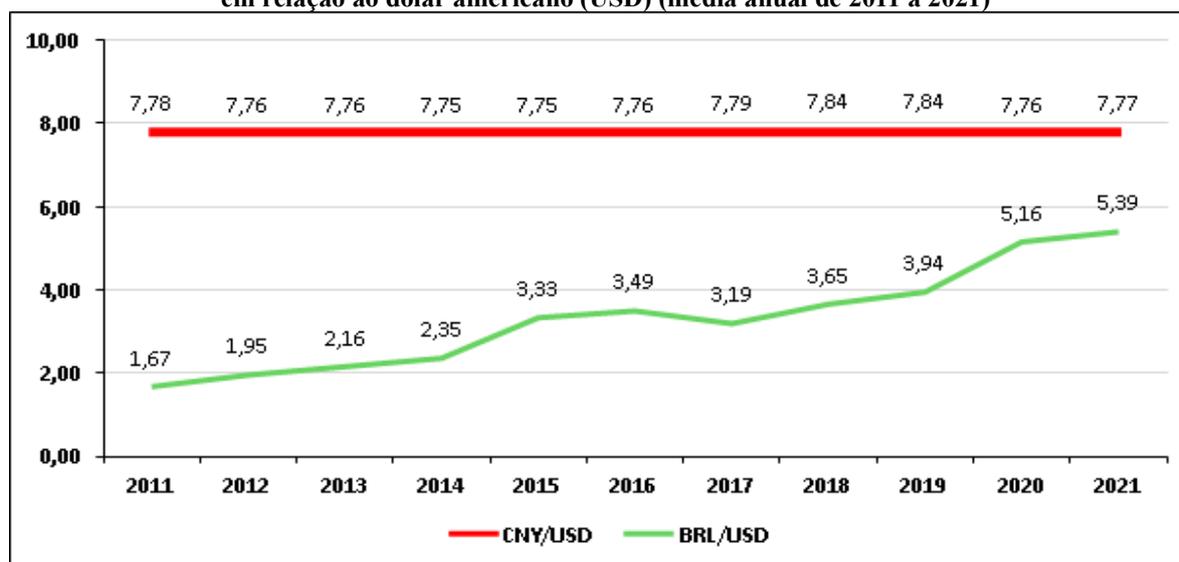
Apesar de serem grandes parceiros comerciais, a diferença nos fluxos de exportação e importação entre Brasil e China é muito grande. Considerando a soma do saldo entre 2011 e 2021, o fluxo chinês é praticamente 14 vezes maior que o do Brasil. Inclusive, a China desde 2010 ocupa a posição de maior exportador do mundo (*The Associated Press*, 2022).

Nesse contexto, a taxa de câmbio é fundamental para auxiliar a explicação da ocorrência desses fluxos e como ela se conecta com as pautas de exportação e os termos de troca dos países. É comum que as taxas de câmbio sejam dadas em termos de dólares americanos, já que os EUA é o maior centro financeiro do mundo e possui a moeda-chave do sistema monetário e financeiro internacional. Entre os determinantes das apreciações e depreciações no mercado cambial, está a taxa de juros, que precifica as moedas nacionais nos mercados financeiros.

Tendo isso em mente, o gráfico 10 mostra que a taxa de câmbio da moeda chinesa, o *renminbi* (CNY) em termo de dólares americanos – CNY/USD (International Organization for Standardization, 2022), no período não saiu da faixa de 7,70 – 7,90. Apesar de haver poucas alterações na taxa de juros para o CNY, deve-se levar em consideração que é mais viável para o maior exportador do mundo que seus produtos tenham preços competitivos (baratos).

Por outro lado, é mais perceptível a influência da crise e da taxa de juros no câmbio do real em termos de dólares (BRL/USD), principalmente em 2015 quando houve fuga de dólares em face à deterioração político-econômica no período, e na baixa da SELIC entre 2017 e 2020. Em 2011, era preciso em média R\$1,67 para comprar um dólar, já em 2021, necessitava-se de R\$5,39 para realizar tal transação – uma depreciação de 223%. A tendência foi acompanhada nos superávits comerciais entre 2018 e 2021, mas o valor instável da moeda atrapalha a mensuração do fluxo de exportações – que parecem ser maiores entre 2011 e 2013.

Gráfico 10 – Taxas de câmbio do renminbi chinês (CNY) e real brasileiro (BRL) em relação ao dólar americano (USD) (média anual de 2011 a 2021)



Fonte: elaborado pelos autores com base no *International Financial Statistics* (FMI) 2022.

Não por acaso, no ano de 2021, é registrado o maior fluxo comercial em 11 anos, o maior superávit da balança comercial e o câmbio mais depreciado. A estratégia cambial para tornar as exportações ao estrangeiro mais competitivas tem um limite óbvio: os seus termos de troca. Se os agentes dependem de importações de bens com alto valor agregado nos seus processos produtivos, muito provavelmente serão prejudicados com uma política cambial de depreciação. Dependendo da pauta de exportação e importação dos países, esse limite pode ser conhecido e vantagens do comércio internacional podem ser obtidas.

Observa-se, com este panorama macroeconômico que a China mostra um resiliente e robusto panorama econômico, com condições ideais de crescimento: alta taxa de investimento, inflação controlada, taxas de juros e desemprego baixas, além de ter uma posição credora no balanço de pagamentos. O Brasil, em grande parte do período, apresentou panorama contrário: baixo crescimento, em decorrência do baixo investimento, alta inflação, desemprego e juros instáveis.

3 O Comércio internacional entre Brasil e China

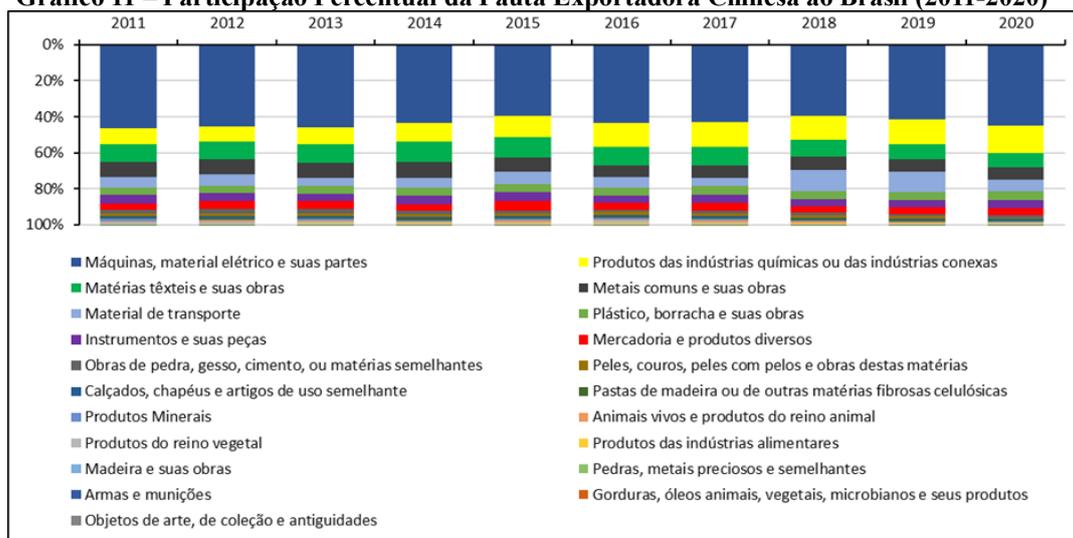
Após o estudo do panorama macroeconômico do Brasil e da China, nesta seção analisa-se a dinâmica do comércio internacional entre os dois países, inclusive investigando os bens que compõem as suas pautas comerciais. Para tanto, organiza-se esta seção em duas subseções, sendo que na primeira apresenta-se os principais dados comerciais entre as duas economias e na segunda examinam-se as possíveis vantagens decorrentes deste comércio.

3.1 Dados comerciais do Brasil e da China entre 2011 e 2021

A partir dos dados da OEC (2022), observa-se que, ao se tratar das importações brasileiras e 2011 a 2021, a China divide protagonismo com os EUA, que foi o maior vendedor para o Brasil em 2011 e 2016. Juntos, a participação média percentual de importações é de quase 35%, e a participação acumulada (medida em relação ao total em valores US\$, FOB, de todo o período) é de 17,8% para a China, e de 16,6% para os EUA. Já ao focar nas exportações, a relação brasileira com a China é mais evidente: no acumulado, detêm participação de 21,7%, quase duas vezes maior que os EUA, o segundo lugar, com 11,78%. Em 2020, atingiu participação de mais de 31%.

Dada a magnitude das trocas entre Brasil e China no período, busca-se analisar em dados desagregados a pauta comercial entre essas economias. Entre 2011 e 2021, o Brasil importou da China cerca de US\$ 396 bilhões, FOB, em diversas mercadorias. A solidez macroeconômica do principal parceiro comercial brasileiro, que, como visto anteriormente, possui altas taxas de crescimento relativas, com níveis excelentes de investimento, podem ajudar a explicar a composição da pauta exportadora chinesa: durante a década, a maior parte das mercadorias enviadas ao Brasil consistiu em produtos de alto valor agregado. No gráfico 11, observa-se que mais de 40% das exportações acumuladas da China para o Brasil até 2020 são classificadas na seção XVI do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH)⁴ (“Máquinas, material elétrico e suas partes”), mantendo níveis muito próximos durante todo o período.

⁴ O sistema ordena e codifica as mercadorias em 214 seções que cobrem 97 capítulos, que estão organizados crescentemente em ordem de complexidade (Siscomex, 2022).

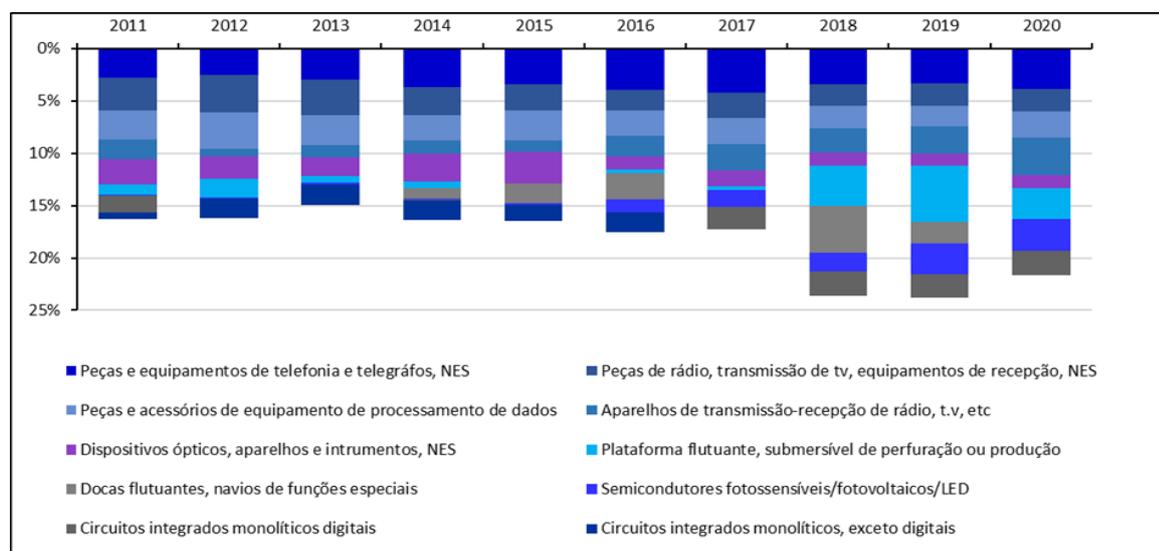
Gráfico 11 – Participação Percentual da Pauta Exportadora Chinesa ao Brasil (2011-2020)

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da OEC (2022).

Outras seções de mercadorias que se destacam são os produtos químicos (seção VI com participação acumulada de 11,78%), os têxteis (XI, 9,89%), metais comuns (XV, 7,56%) e ainda os materiais de transporte (XVII), que atingiram participação de 7% no acumulado. Destaca-se ainda, que essa última atingiu participação acima de 10% nos anos de 2018 e 2019. Os produtos derivados de plástico e borracha (seção VII), instrumentos (XVIII) e diversos (XXII) também tem participações significativas no acumulado, com 4,51%, 4,33% e 4,0% em relação ao total, respectivamente. Cerca de 10% do acumulado é formado pelo restante das seções de mercadorias, sendo elas, produtos mais incomuns ou de baixo valor agregado, das primeiras seções do sistema.

Segundo os dados do *Comex Stat*, o ano de 2021 mostrou um retrato similar, porém com participação da seção das máquinas e aparelhos (XVI) atingindo 47%, e a seção dos produtos químicos (VI) atingindo 20%, provavelmente em decorrência das importações das vacinas para combater a Covid-19 (Brasil, 2022). Isso pode ser explicado por uma análise mais detalhada, a fim de investigar quais são as dez mercadorias mais importadas em relação ao total da década, independentemente de sua seção. Esse recorte reforçou a importância tecnológica da importação brasileira oriunda da China, com a maioria sendo itens da seção XVI, e com algumas participações relativamente altas dos itens da seção de transportes (XVII) e dispositivos/instrumentos (XVIII), seções mais complexas, conforme pode ser observado no gráfico 12.

Gráfico 12 – Participação percentual dos 10 maiores itens da pauta exportadora chinesa ao Brasil, por subcapítulo (2011-2020)



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da OEC (2022).

Peças e equipamentos de telefonia e telégrafos, lideram a participação acumulada com 3,39%, seguido por peças, equipamentos para transmissão e recepção de TV e rádio e peças e acessórios para equipamentos de processamento de dados, empatados com participação de 2,61% cada. O quarto lugar é ocupado pelos aparelhos de transmissão e recepção de rádio e TV (*share* de 1,88%), e outras mercadorias da seção XVI, compostas por semicondutores e circuitos integrados. Com maior grau de complexidade, estão as docas e plataformas flutuantes – da seção (XVII), com participação de quase 3% juntas. Os dispositivos, instrumentos e aparelhos NES, que são mais ainda mais complexos (XVIII), sendo geralmente câmeras, ferramentas e medidores de precisão, obtiveram participação acumulada de 1,87%. Destaca-se ainda, a maior participação acumulada nos anos 2018 e 2019 – já em tempos de sanções e guerras tarifárias com os Estados Unidos, o segundo maior exportador para o Brasil. Em 2019, cerca de 24% da pauta estava concentrada nessas 10 mercadorias, com o acumulado da década sendo 18%. Essa observação aponta como as exportações chinesas ao Brasil são bem diversificadas, com uma grande gama de mercadorias enviadas.

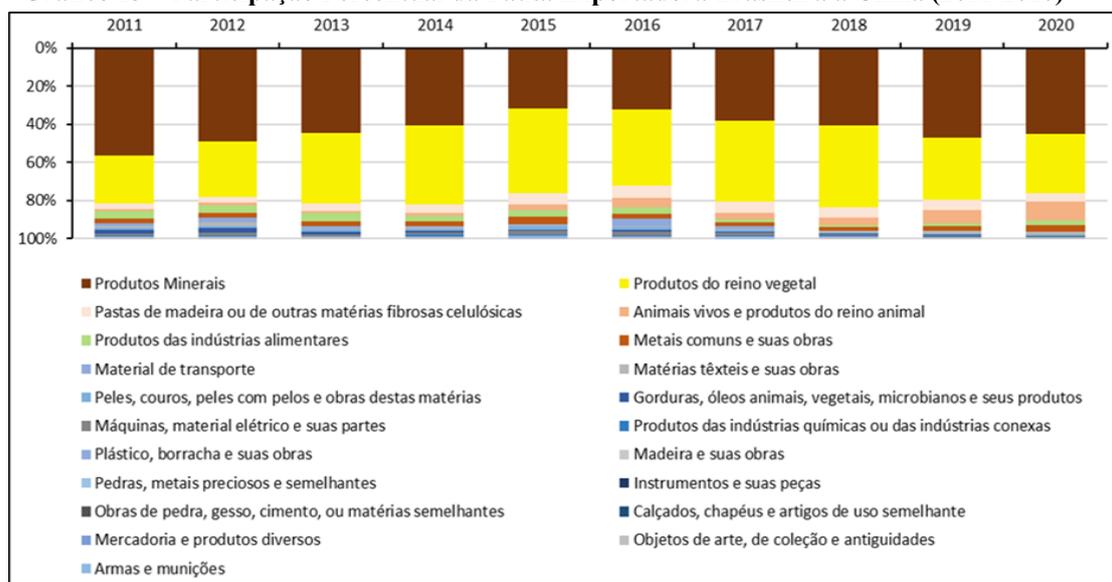
Somados ao ano de 2021, um grande ano para importações com origem chinesa, que atingiram quase US\$ 48 bilhões (em 2020 foram US\$ 36 bilhões, um aumento de cerca de 33%), os dez maiores itens somam, aproximadamente, o valor de US\$ 76,1 bilhões desde 2011. Ainda sobre 2021, se destaca a maior participação de semicondutores/emissores de LED (5% de participação, ocupando o primeiro lugar) e vacinas para medicina humana, atingindo 5% de participação, no quinto lugar. Esses números provavelmente representam as importações da vacina CoronaVac, uma das primeiras a serem utilizadas no Brasil e responsável por uma grande diminuição de mortes nos

estágios iniciais da vacinação, o que possibilitou a abertura da economia, iniciando o encerramento dos *lockdowns*. Em suma, recurso tecnológico é o que a China proveu ao Brasil, tendo uma pauta exportadora de bens de alto valor agregado, de repertório técnico elevado, como peças de equipamentos de T.I., químicos, plataformas de extração e outros instrumentos, itens que tradicionalmente, há poucos anos, eram só trazidos por outros parceiros, como Japão, Estados Unidos e Alemanha.

Por outro lado, o fluxo de exportações brasileiras à China, durante o mesmo intervalo temporal, apresenta uma dinâmica bem diferente. Dos cerca de US\$ 574,5 bilhões em mercadorias enviadas à China no período, percebe-se de imediato, no gráfico 13, que as seções dos minerais (V) e produtos vegetais (II), as primeiras em nível de complexidade, juntas, sempre somaram cerca de 80% de participação.

O acumulado de ambas as seções conta exatos 79,44% do total, com os produtos minerais dominando o primeiro lugar até 2013 (atingindo 44,55% de *share*). Depois de perder a posição para os produtos do reino vegetal em 2014 a 2018, volta a ter uma significativa posição a partir de 2019 (47,36%), fechando 2020 com acumulado de 43,22%. A segunda posição no absoluto, com acumulado de 36,22%, a seção de produtos do reino vegetal, manteve a maior participação por 4 anos, chegando a atingir 44,73% em 2015. Já acima do nível de 80% de participação, estão as seções da indústria do papel (pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas, X), com participação de 4,77% e a seção de animais vivos e produtos do reino animal (I), com 4,22% de participação no acumulado.

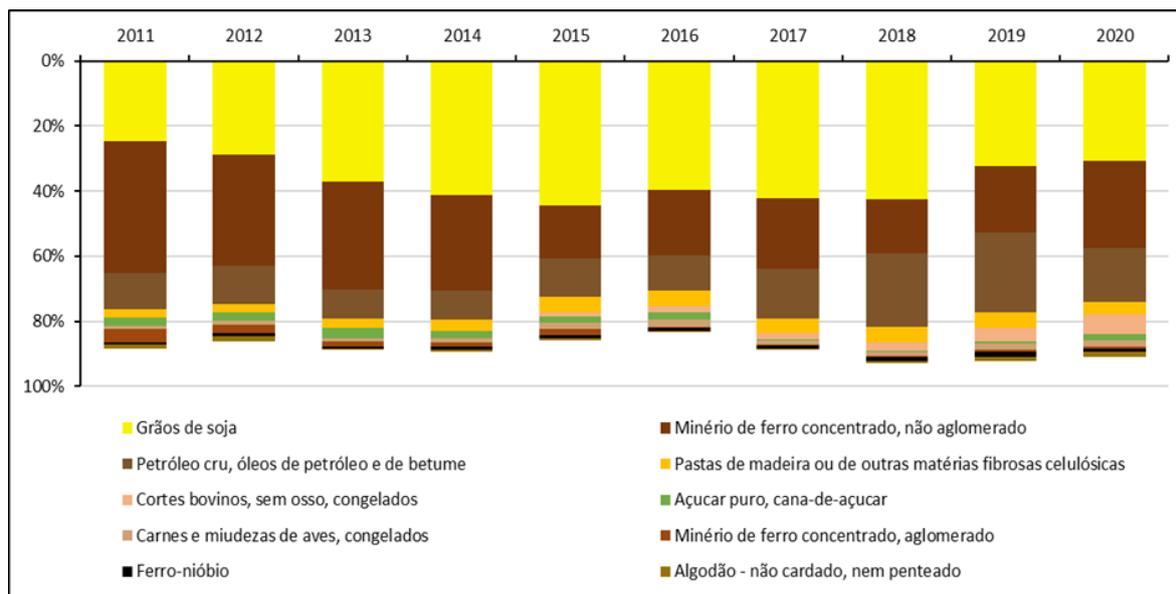
Gráfico 13 – Participação Percentual da Pauta Exportadora Brasileira à China (2011-2020)



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da OEC, 2022.

Ao contrário das mercadorias chinesas importadas, onde os recortes das dez maiores participações tinham leve significância em relação ao total (cerca de 18%), concentrados em sua maioria na seção de máquinas e suas peças (XVI), os dez maiores itens brasileiros exportados, como podem ser vistos no gráfico 14 são muito mais significativos e refletem a concentração de mercadorias do gráfico 13.

Gráfico 14 – Participação percentual dos 10 maiores itens da pauta exportadora brasileira à China (2011-2020)



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da OEC, 2022.

Assim, observa-se que apenas esses dez itens correspondem em mais de 80% em relação ao total da pauta exportadora em todo o período. A seção dos minerais ocupa a primeira posição devido à grande participação do minério de ferro (25,48% de *share* no acumulado) e do petróleo, óleos e betume (15,19%) no total. Mas a soja em grãos é o item mais exportado em absoluto, com o acumulado de 36,11% em 2020, chegando a atingir quase 45% em 2015. Quanto ao restante das mercadorias do recorte, todas pertencem às seções dos minérios (V), animais (I) e madeira (X), ou seja, produtos de menor grau de complexidade. Em 2021, o acompanhamento do *Comex Stat* mostra que essa tendência se manteve, mas a exportação de minério de ferro assumiu o maior *share*, com 32%, junto com o aumento de importação de carne bovina por parte dos chineses a partir de 2019, que enfrentavam dificuldades em seu mercado interno (El país, 2019). Em 2020, os cortes bovinos atingiram 5,95% de participação. Em 2021, foram 4,44%.

Então, entende-se de primeiro momento, que a assimetria das pautas de exportação entre China e Brasil – qual cerca de 80% são dominadas por bens minerais, soja e outros alimentos – sugere uma complementaridade, que pode ser considerada como uma troca na ótica das vantagens comparativas. A China, como grande potência industrial e com um grande *hub* tecnológico, prefere “suprir” parte dos seus recursos naturais importando-os do Brasil, enquanto este detém os recursos tecnológicos que não produz com o superávit do comércio dos bens naturais.

3.2 Vantagens e limitações da relação comercial sino-brasileira

Ao analisar as pautas de comércio, identifica-se algumas vantagens que a parceria sino-brasileira trouxe e pode ainda trazer para ambas as partes. Talvez a com maior potencial seja o modelo que o Brasil vem utilizando muito na indústria automobilística: a montagem e fabricação de produtos eletrônicos nacionais advindos de “kits” importados da China. Tendo em vista que os principais itens importados da China pelo Brasil foram peças ou partes de produtos da seção XVI, e pouca participação de mercadorias completas, é provável que nessa última década, os modelos de indústria CKD (*complete knock-down*) e SKD (*semi-knocked-down*) foram utilizados pelas empresas brasileiras para “nacionalizar” esses produtos. Essa prática, que sempre foi usada pelas multinacionais automobilísticas, ajuda a fomentar o emprego e indústrias locais, e, ao mesmo tempo, abre mercado para os produtos chineses, que cada vez mais, perdem o rótulo de serem inferiores, de baixa qualidade, e “fogem” das sanções americanas.

Todavia, os dados da OEC apontaram que durante 2011 e 2021, foram as peças e partes de produtos de telefonia, rádio, TV, processamento de dados e instrumentos ópticos que estão mais presentes na pauta de exportação chinesa, e não peças da indústria automobilística ou de linha branca. Apesar de haver uma grande presença de semicondutores e circuitos integrados, que fazem parte de quase toda mercadoria, são fortes os indícios de que a indústria que esteja aproveitando esse modelo de crescimento é a da tecnologia, vigilância e de telecomunicações, os maiores alvos das sanções americanas contra a China (Fitzgerald, 2022). Para Tirolli (2014), neste processo, ambas as partes trocam conhecimentos e expertise, principalmente os times de negócios e engenharia.

De outro lado, ao se analisar a pauta exportadora brasileira, há a grande desvantagem em depender da exportação de bens naturais, que geralmente tem baixa elasticidade renda da demanda, não gerando encadeamentos na economia, e quando há choques na China e/ou valorização no mercado, resultam em aumento de preços de alimentos e prejuízo para a população brasileira. Apesar da indústria nacional de eletrônicos via SKD e CKD ser vantajosa para a dinâmica econômica de

alguns setores e ajudar o desenvolvimento e encadeamentos em certas regiões, como o polo industrial de Manaus, os produtos em sua vasta maioria, são destinados ao mercado interno. Não havendo a mesma economia de escala e vantagens competitivas que as grandes marcas do ramo, a exportação desses produtos é inviável, salvo alguns mercados da América Latina, África e México (Tirolli, 2014). Como o retrato da pauta exportadora aponta, o forte do Brasil são as exportações de produtos minerais e vegetais, com grande dependência da demanda chinesa.

Além disso, somadas às outras fragilidades macroeconômicas, como a moeda desvalorizada e a perda do poder de compra, os cíclicos e instáveis *booms* de *commodities* podem até prejudicar a vida de brasileiros devido aos altos preços de alimentos. Na ótica do modelo Heckscher-Ohlin, os ganhadores são a concentração de agricultores e detentores de *royalties* da mineração, enquanto que os residentes perdem com o aumento dos preços. Conclui-se, então, que quando analisada a pauta exportadora do Brasil para a China – levando em consideração não apenas seus superávits, mas também suas características gerais e contribuição a economia local – nas circunstâncias analisadas, esse tipo de troca pode não ser tão benéfica para o primeiro.

Considerações finais

No presente artigo teve-se como principal objetivo, analisar a dinâmica comercial entre o Brasil e a China no período de 2011 a 2021, para que se enriqueça a discussão e o debate sobre a complexa questão que envolve esta parceria comercial. Para isso, buscou-se primeiramente resgatar as teorias do comércio internacional, que ao longo da história do pensamento econômico, dedicaram-se à questão dos benefícios das trocas bilaterais entre diferentes países. Atentando-se aos principais pressupostos e conclusões de cada modelo, percebe-se que a corrente neoclássica veio aprimorando suas abordagens e metodologias e seu resultado sugere uma relação sempre benéfica para ambos os participantes do comércio internacional, baseado nas diferentes dotações dos países, que se completam via importações e exportações. Já teses contrárias, ou críticas, apontam limitações e equívocos nesses pressupostos, ou propõem outras abordagens mais atualizadas, já que boa parte do comércio é feito entre economias com fatores semelhantes. No caso específico em que economias desenvolvidas comercializam com países subdesenvolvidos, cuja pauta exportadora se resume majoritariamente em bens de baixo valor agregado, as novas abordagens alertam sobre o risco de desindustrialização e a deterioração dos seus termos de troca, em vista que produtos manufaturados e industrializados, tendem a se valorizar em relação às *commodities*.

Tal situação pode ser comparada ao comércio entre Brasil e China entre 2011 e 2021: uma relação entre um país que é a segunda maior economia do mundo, com taxas de crescimento, investimento, e emprego em níveis muito superiores ao seu parceiro, Brasil, que enfrentou recessões, altas taxas de inflação, que levaram a políticas monetárias contracionistas e perda de confiança do seu empresariado. Ao analisar os fluxos de exportação e importação, o Brasil manteve pauta exportadora concentrada em *commodities* e, em menor grau, produtos automotivos e até aéreos, enquanto ainda depende muito da importação de petróleo e peças de máquinas, automóveis e outras engenharias. Já o fluxo bilateral com a China mostra as exportações ainda mais concentradas, com quase metade do acumulado das exportações da década sendo grãos de soja e minério de ferro.

Apesar disso, essas exportações foram tão numerosas que pagaram todas as importações chinesas, atingindo superávits de cerca de US\$ 170 bilhões nominais ao longo da década. Essas mercadorias são bastante diversificadas, com destaque para as peças, partes de equipamentos de telecomunicações, rádio, TV e semicondutores e outros produtos com alto valor agregado. Dessas importações, percebeu-se um possível benefício, em vista que são peças em grande parte destinadas a montagem e fabricação de produtos eletrônicos brasileiros, quais são possibilitados por mecanismos econômicos que visam proteger e incentivar a indústria local. Essa prática gera empregos e encadeamentos na economia, e fomenta a parceria com empresas chinesas, evitando que as mesmas se tornem competidoras no mercado local.

Já os fluxos de exportações são benéficos para cobrir essas importações, mas seus efeitos não foram tão visíveis no restante da economia, já que o investimento e o emprego não acompanharam a tendência dos altos superávits comerciais. Entre benefícios industriais e monetários, a parceria sino-brasileira também é rica e cheia de oportunidades nas perspectivas futuras, onde se busca um mundo sustentável e o conflito comercial entre China e Estados Unidos ameaça a cadeia de suprimentos, de modo que parcerias podem ser valorizadas. Com isso, incentivos locais e tributários como ocorrem na indústria de eletrônicos, formas rentáveis e fáceis de alocação de superávits para investimento, poderiam ser usados em projetos que visam o primeiro passo da transformação de *commodities*, como o refino do petróleo, a transformação da soja em óleos, biocombustíveis, alimentos e tratamento de minerais, como a fabricação de baterias, a fim de primeiramente, atender a demanda interna e complementar peças e partes CKD chineses. Na medida que os encadeamentos e emprego resultam em crescimento econômico, novas agendas e regras de exportações mais competitivas poderiam ser viabilizadas.

O desafio para as empresas brasileiras se tornarem relevantes internacionalmente é muito maior devido as limitações macroeconômicas e políticas fiscais e monetárias do país, que muitas vezes tem como prioridade o combate à inflação. Algumas indústrias brasileiras, como as analisadas no presente estudo, têm muito a ganhar com a parceria chinesa, assim como os exportadores de bens naturais, especialmente em ciclos de valorização de *commodities*. Estudos futuros que focarem nas políticas que tangem a importação, buscando aprimorar seu mercado, o desenvolvimento das indústrias que nelas se apoiam e estratégias de agregação de valor, podem resultar na diversificação da economia brasileira, que poderá engajar indústrias e serviços, criando empregos e suprindo demandas domésticas. Ao passo que essas empresas ganham conhecimento, experiência e escala, a pauta de exportação brasileira poderá ser mais diversificada e com maior valor agregado.

Referências

BARBOSA, A. F; MENDES, R. C. Economic relations between Brazil and China: a difficult partnership. **Friedrich Ebert-Stiftung – FES Brazil briefing paper**, São Paulo, jan. 2006.

BRASIL. **Comex Stat**. Disponível em: [Comex Stat \(mdic.gov.br\)](http://mdic.gov.br). Acesso em: 10 dez. 2022.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. 40 anos de relação diplomática entre Brasil e China: análises, depoimentos e expectativas sobre o futuro das relações bilaterais. **Carta Brasil-China**, Rio de Janeiro, ed. especial, jan. 2015.

COSTAS, R. Como se chegou à pior recessão desde os anos 90? **BBC Brasil**. São Paulo, dez. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_pib_terceirotri2015_ru. Acesso em: 19 dez. 2022.

DE FAVERI, D. B; DE RESENDE, M. C; CÁRIO, S. F. A "primarização" da pauta exportadora e a questão da doença holandesa: análise dos impactos da crise financeira de 2008 sobre as exportações brasileiras. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 43, n. 3, set./dez. 2016.

DE HOLANDA, F. M. B. 40 anos das relações Brasil-China: de onde viemos, onde estamos, para onde vamos. In: LIMA, S. E. M. **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, 2016. p.35-56.

FEIJÓ, Carmen; RAMOS, Roberto (Orgs.). **Contabilidade Social: A Nova Referência das Contas Nacionais do Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FITZGERALD, John. **Cadre Country: How China Became the Chinese Communist Party**. Montgomery: NewSouth Books, 2022.

LACERDA, A. C. *et al.* **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **IMF data**. Disponível em:

<https://data.imf.org/?sk=388dfa60-1d26-4ade-b505-a05a558d9a42>. Acesso em: 3 nov. 2022.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World economic outlook database**. Disponível em:

<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/April>. Acesso em: 3 nov. 2022.

KRUGMAN, P; WELLS, R. **Macroeconomia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2015.

KRUGMAN, P. R; OBSTFELFD, M; MELITZ, M. J. **Economia internacional**. 10. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

MAGNUSSON, L. G. Mercantilism. In: SAMUELS, W. J; BIDDLE, J. E; DAVIS, J. B. **A companion to the history of economic thought**. Malden: Blackwell Publishing Ltd., p. 46-60, 2003.

MOREIRA, U. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.32, n. 2, p. 213-228, abr./jun 2012.

OEC – THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Harmonized System (HS) Products**. Disponível em: <https://oec.world/en>. Acesso em: 10 dez. 2022.

PEREIRA, L. C. B; JABBOUR, E; DE PAULA, L. F. O catching-up da Coreia do Sul da China: uma análise novo-desenvolvimentista. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 264-284, abr./jun. 2020.

ICL ECONOMIA. Queda do investimento em 3,5% indica pouca confiança na economia brasileira. **ICL Economia**, São Paulo, 2 jun. 2022. Disponível em: <https://icleconomia.com.br/queda-do-investimento-em-35-pouca-confianca/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

RICARDO, D. **On the principles of political economy and taxation**. 3. ed. Ontario: Batoche Books, 2001.

SILVA, J. A; LOURENÇO, A. L. C. Teorias do comércio internacional, estrutura produtiva e crescimento econômico. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 32, n. 1, p.159-188, jul./dez. 2017.

SISCOMEX – SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Sistema Harmonizado**. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportar/planejando-a-exportacao-1/sistema-harmonizado>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SMITH, A. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Amesterdam: MetaLibri Digital Library, 2007.

SWART, J. **Comércio internacional e desenvolvimento econômico na obra de Prebisch**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2007.

THE ASSOCIATED PRESS. China Becomes World's No. 1 Exporter, Passing Germany. **The New York Times**. 10 jan. 2010. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2010/01/11/business/global/11chinatrade.html>. Acesso em: 20 nov. 2022.

THE ASSOCIATED PRESS. U.S. sanctions Chinese computer makers in widening tech fight. **NBC News**. 9 abr. 2021. Disponível em: [U.S. sanctions Chinese computer makers in widening tech fight \(nbcnews.com\)](https://www.nbcnews.com/tech/innovation/u-s-sanctions-chinese-computer-makers-in-widening-tech-fight-n123456). Acesso em: 19 dez. 2022.

TIROLI, C. F. **A competitividade da indústria brasileira face à ascensão chinesa: uma abordagem das relações sino-brasileiras**. 70f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Departamento de Economia e Relações Internacionais, 2014.

UOL, D. Importante no PIB, investimento despenca 14% em 2015, segundo ano de queda. **Uol Economia**. São Paulo, 3 mar. 2016. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/03/03/importante-no-pib-investimento-despenca-14-em-2015-segundo-ano-de-queda.htm#:~:text=Segundo%20o%20IBGE%2C%20o%20tombo%20dos%20investimentos%20se,indicadores%20mais%20importantes%20do%20PIB%20%28Produto%20Interno%20Bruto%29>. Acesso em: 19 dez. 2022.